

ARTIGO - 4. AS PERSPECTIVAS DA CONSERVAÇÃO DESDE O SUL
GLOBAL: PATRIMÔNIO PARA TODOS: DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL /
REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO: NARRATIVAS PLURAIS E MEMÓRIAS
SILENCIADAS / NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS NA GESTÃO,
VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

**FRONTEIRAS DO PATRIMÔNIO: HIERARQUIZAÇÃO CULTURAL,
TERRITORIALIDADES E DISPUTAS SIMBÓLICAS EM MARIANA (MG)**

Ana Maria Martins Da Costa (mariamartins.c@gmail.com)

Este artigo analisa criticamente os processos de patrimonialização em Mariana (MG), discutindo como fronteiras simbólicas, hierarquizações culturais e disputas territoriais que moldam a memória urbana. Na cidade de Mariana, a narrativa oficial privilegia referências coloniais, religiosas e artísticas, consolidando o imaginário de “cidade-museu” e operando silenciamentos sobre experiências dissonantes. Esse modelo, sustentado por políticas verticalizadas de tombamento e pela lógica do turismo cultural, exclui práticas e memórias periféricas. A cidade, portanto, é interpretada como campo de forças simbólicas em que se definem fronteiras entre o visível e o invisibilizado, o preservável e o descartável. Fundamentado em autores como Pierre Nora, Laurajane Smith e Henri Acselrad, o estudo articula memória coletiva, políticas patrimoniais e disputas urbanas, evidenciando a necessidade de reconfigurar o patrimônio como processo inclusivo e participativo.

No estudo de caso, observa-se que a patrimonialização de Mariana, iniciada com o tombamento de 1945, privilegiou uma memória seletiva voltada ao turismo, reforçando a estetização do passado colonial. Esse processo, ao

privilegiar monumentos e narrativas hegemônicas, marginalizou experiências comunitárias, como apontam Bosi e Pollak ao tratar dos esquecimentos sociais. A expansão da mineração intensificou contradições: ao mesmo tempo em que impulsionou a economia, gerou deslocamentos, fragmentação de laços sociais e destruição de paisagens. O rompimento da barragem de Fundão em 2015 simbolizou a culminância de uma lógica extrativista que subordinou vidas e territórios a interesses produtivos, reforçando injustiças ambientais. A resposta institucional, contudo, permaneceu presa a uma ideia estetizada de patrimônio, ignorando memórias doloridas e vivas das comunidades atingidas. Nesse contexto, emergiram contra-narrativas que reivindicam pertencimento, justiça e reconhecimento, materializadas em memoriais espontâneos, práticas artísticas e iniciativas de educação patrimonial de base comunitária.

Por fim, é apontado que o caso de Mariana explicita os limites de um modelo patrimonial hegemônico, fundamentado no “discurso autorizado do patrimônio” (Smith), que cristaliza silenciamentos e exclusões. A cidade revela a necessidade de políticas culturais mais democráticas, sensíveis às vozes subalternizadas e abertas à pluralidade de memórias. Mariana não deve ser reduzida a vitrine monumental, mas compreendida como espaço vivo de disputas, resistências e reconstrução de vínculos. Reconhecer a potência das territorialidades insurgentes implica adotar um patrimônio de baixo para cima, participativo e plural, que valorize a diversidade de experiências urbanas e se comprometa com a reparação simbólica e material. Assim, o patrimônio pode atuar não como instrumento de exclusão, mas como ferramenta de emancipação coletiva e justiça territorial.

Palavras-chave: patrimônio cultural; territorialidade; fronteiras simbólicas; justiça territorial; memória social.